

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 20 de março de 2019

A Kepler Weber S/A. (B3: KEPL3)

Companhia controladora do Grupo Kepler Weber, líder de mercado em armazenagem de grãos, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2018 (4T18) e do ano fiscal de 2018 (2018). As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas em Reais, com base em números consolidados e de acordo com as disposições contidas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DESTAQUES

RECEITA LÍQUIDA

atingiu R\$ 194,0 milhões no 4T18, aumento de 11,3% em relação ao mesmo trimestre de 2017. Em 2018 a Receita Líquida totalizou R\$ 576,3 milhões, 0,5% menor que o mesmo período do ano anterior.

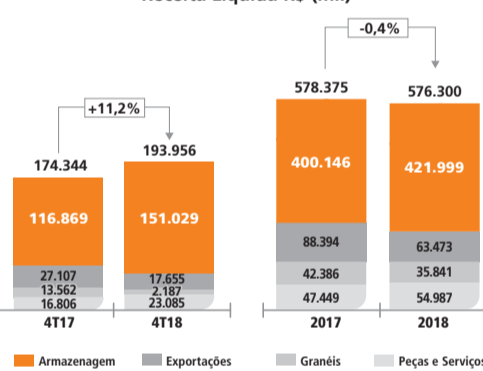
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2018, a Companhia reverteu o resultado negativo dos exercícios anteriores, atingindo o Lucro Líquido de R\$ 8,3 milhões, resultado obtido por meio de um rigoroso controle de despesas, pela otimização e redução de custos e pelo reposicionamento de preços praticados pela Companhia. Nos últimos 3 anos houve uma acirrada disputa de preços nos principais mercados de atuação da empresa, provocada pela demanda por novas unidades armazenadoras e a consequente redução na utilização da capacidade instalada do setor. A recuperação dos preços alcançada durante o ano de 2018 reflete um ambiente mais saudável, com margens sustentáveis para a Companhia. Mesmo que 2018 tenha sido um ano marcado pela cautela dos produtores e armazenadores, devido ao ambiente econômico de pouca confiança, a demanda pelos produtos Kepler Weber se mostrou aquecida. O anúncio do Plano Safra 2018/2019 contribuiu para as vendas, já que a linha PCA (Plano de Construção e Ampliação de Armazéns) recebeu mais recursos, com taxas de juros mais atrativas, sendo um instrumento impulsionador para a evolução e desenvolvimento do setor. É importante destacar que ao investir em estruturas de armazenagem o produtor agrícola melhora sua margem final, seja pela produtividade na colheita, por ter operação própria, pela qualidade do produto, pois os grãos serão comercializados nos padrões de mercado; pelo aumento na receita, com a obtenção de melhores preços ao comercializar no mercado de lotes e pela redução das despesas, ao diminuir gastos com frete e com máquinas paradas no campo no período da colheita. Outro fator de destaque é que o aumento da produção de grãos não tem sido acompanhado pela expansão da rede armazenadora, ampliando o déficit de armazenagem no Brasil, já que chega a 72 milhões de toneladas, conforme dados da CONAB. Isso mostra a urgência de investimentos no setor, a fim de suprir esta carência e beneficiar toda a cadeia agrícola. Nesse contexto, a Kepler Weber está desenvolvendo projetos estratégicos relacionados às suas áreas de atuação. No segmento de Movimentação de Grãos Sólidos (MGS) retomou o foco em grãos vegetais e fertilizantes. Em Reposição e Serviços (RS&S) ampliou a rede de cobertura para 4 centros de distribuição regionais, facilitando o acesso dos clientes às peças de reposição, com a agilidade necessária durante a safra. Na Exportação, segue a estratégia de aproximação dos clientes, através de uma base em Bogotá, cobrindo a Colômbia e países vizinhos. Já no segmento de Mercado Interno, trabalha para demonstrar aos produtores a importância da armazenagem como estratégia para aumentar a rentabilidade do seu negócio, ampliando a demanda por novas unidades armazenadoras. Em relação aos custos, a Companhia enfrentou um ano desafiador, tanto pelo aumento expressivo dos preços do aço e seus reflexos na cadeia de suprimentos, quanto pelo tabelamento dos preços de fretes pela ANTT. Para fazer frente a este cenário adverso, foram finalizados diversos projetos com foco na redução de custos, que impactaram positivamente o desempenho operacional. Tais projetos trazem, também, uma diversidade de soluções inovadoras na área de engenharia de produtos e no custo de aquisição de insumos. Adicionalmente, a Companhia está comprometida em capturar maior eficiência no seu desempenho operacional, onde o projeto Lean Manufacturing tem papel fundamental, auxiliando no mapeamento de processos, na melhoria contínua e de qualidade, na aproximação e parceria com a cadeia de fornecedores, na otimização dos processos logísticos e na gestão efetiva e padronizada das operações de montagem, reduzindo o lead time de entrega das obras. Desta forma, o Lucro Bruto atingiu R\$ 83,4 milhões em 2018, avanço de 72,1% na comparação anual, com margem bruta de 14,5% (6,1 pontos percentuais maior que 2017). Já o EBITDA somou R\$ 48,4 milhões em 2018, frente R\$ 12,7 milhões negativos em 2017, o que representa uma margem EBITDA de 8,4% sobre a Receita Líquida. Com foco na execução da estratégia de diferenciação, na disciplina contínua da gestão de custos e despesas, a Companhia mostrou sua capacidade competitiva e habilidade no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e de qualidade. Assim, diante do grande déficit de armazenagem, da capacidade instalada e de seu posicionamento estratégico, a Kepler Weber está preparada para capturar o potencial do mercado e comprometida com seu crescimento sustentável, pautado na diferenciação competitiva e na geração consistente de valor para todos os stakeholders.

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL - RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida no 4T18 somou R\$ 194,0 milhões, aumento de 11,3% em relação ao 4T17. Já em 2018 a Receita Líquida totalizou R\$ 576,3 milhões, queda de 0,4% em relação a 2017. Vale destacar, que o desempenho positivo no 4T18 foi resultado do nosso foco na recuperação de preços e na captura de melhores margens. No mercado interno, a Receita Líquida de armazenagem no 4T18 aumentou 29,2% comparado ao 4T17, atingindo R\$ 151,0 milhões. Em 2018, a Receita Líquida de armazenagem apresentou um aumento de 5,5% comparado a 2017, passando de R\$ 400,1 milhões para R\$ 422,0 milhões. A Receita Líquida no segmento de Reposição e Serviços no 4T18 atingiu R\$ 23,1 milhões, avanço de 37,4% frente ao mesmo período de 2017. Em 2018, a Receita Líquida do segmento foi de R\$ 55,0 milhões, 15,9% maior que o mesmo período do ano imediatamente anterior. Atualmente a Companhia possui 4 centros de distribuição localizados em Panambi-RS, Campo Grande-MS, Rio Verde-GO e Cascavel-PR, o que impulsionou o desempenho do segmento, tornando o pós-venda mais ágil e eficiente. A Receita Líquida de Movimentação de Grãos, por sua vez, atingiu R\$ 22 milhões no 4T18, queda de 83,9% quando comparado ao 4T17. Já em 2018 a Receita Líquida do segmento atingiu R\$ 35,8 milhões, queda de 15,4% frente mesmo período de 2017. Este segmento possui um ciclo de maturação mais longo, por se tratar de estruturas mais robustas e de grandes capacidades, e por consequência foi impactado significativamente pelo cenário macroeconômico de 2018. Já na Exportação de soluções de armazenagem, a Receita Líquida atingiu R\$ 17,7 milhões, queda de 88,2% frente ao 4T17. Em 2018, a Receita Líquida do segmento atingiu R\$ 63,5 milhões, queda de 28,2% frente a 2017. O desempenho em 2018 deste segmento está correlacionado com a queda de demanda no nosso principal mercado, a América Latina.

Receita Líquida R\$ (mil)



CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

O CPV somou R\$ 149,2 milhões no 4T18, queda de 10,9% em relação ao 4T17. Esta queda é explicada, principalmente, pela queda do volume embarcado e pelos projetos de redução de custos. Em 2018, os custos tiveram uma queda de 7%, somando R\$ 492,9 milhões. Alguns fatores locais e globais pressionaram o preço do aço, destacadamente a queda da oferta da matéria-prima no mercado interno, onde as siderúrgicas enxergaram uma janela interessante para exportar, devido ao câmbio desvalorizado e a disputa comercial EUA versus China. Em termos locais, o aquecimento da indústria automotiva, principal destino dos aços galvanizados, gerou pressões nos preços para o segmento, principalmente no primeiro semestre de 2018, além do aumento dos fretes sobre vendas (tabelamento ANTT). A Companhia, atenta a estes fatores, desenvolveu projetos de redução de custos em matérias-primas, plano de contingências para evitar desabastecimento, além de captura de ganhos nos seus processos com maior produtividade.

BALANÇOS PATRIMONIAIS | EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.212	14.057	8.803	14.424
Títulos e valores mobiliários	8	11.757	6.695	42.142	79.887
Aplicações financeiras retidas	7	-	-	15.611	7.332
Contas a receber de clientes	9	-	-	54.409	52.769
Estoques	10	-	-	110.710	78.131
Impostos a recuperar	11	314	1.217	75.715	62.381
Despesas antecipadas	27	14	-	1.026	690
Adiantamentos a fornecedores	5.c	-	-	1.110	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	20	5.832	1.418	-	-
Outros créditos	-	-	-	8.708	8.142
Total do ativo circulante		24.142	23.401	316.234	304.324
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	8	4.503	-	8.187	13.439
Impostos a recuperar	11	-	9	5.239	3.930
Depósitos judiciais	12.b	498	422	108.606	111.862
Impostos diferidos	-	5.001	431	122.032	129.491
Investimentos	13	365.426	360.003	4	4
Propriedades para investimento	14	53.474	55.457	13.913	14.188
Imobilizado	15	109	150	207.288	220.809
Intangível	16	1.280	1.280	44.802	47.430
Total do ativo não circulante		420.289	416.890	265.007	282.431
Total do Ativo		449.432	440.292	581.241	586.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

Reservas de capital	Valor Justo Capital	Incentivos fiscais	Reserva de Stock Options	Reserva bônus de subscrição 2014	Reserva de subscrição	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reservas e lucros	
								Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimentos e capital de giro
								Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	234.322	617	2.132	44.368	3.360	47.854	11.615	57.257	468.852
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(2.539)	-	-	2.539
Reversão de impostos diferidos sobre reserva reavaliação	-	-	-	-	-	1.287	-	-	(1.287)
Baixa de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(77)	-	-	77
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	-	-	-	-	(5.922)	-	-	5.922
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	2.034	-	-	(2.034)
Valor justo stock options	21	-	-	754	-	-	-	-	754
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(34.257)	(34.257)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(29.040)	29.040
Saldos em 31/12/2017	234.322	617	2.886	44.368	3.360	43.889	11.615	57.257	435.349
Reversão de impostos diferidos sobre reserva reavaliação	-	-	-	-	-	(347)	-	-	347
Baixa de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(16)	-	-	16
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	-	-	-	-	(3.256)	-	-	3.256
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	1.113	-	-	(1.113)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.266	8.266
Reserva legal	25	-	-	-	-	-	413	-	(413)
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	7.769	(7.769)
Dividendo mínimo obrigatório	25	-	-	-	-	-	-	-	(2.590)
Saldos em 31/12/2018	234.322	617	2.886	44.368	3.360	41.730	336	12.028	57.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO | EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas operacionais	-	-	-	-
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	674.866	672.544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	-	-	(326)	3.470
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(477.823)	(510.526)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.679)	(2.348)	(48.736)	(69.893)
Valor adicionado bruto	(3.679)	(2.348)	147.981	95.955
Depreciação e amortização	(2.024)	(2.027)	(27.423)	(26.655)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(5.703)	(4.375)	120.558	69.300
Valor adicionado recebido em transferência	24.108	(22.098)	15.345	32.574
Resultado de equivalência patrimonial	6.190	(41.320)	-	-
Receitas financeiras	1.383	1.563	14.969	21.611
Imposto de renda e contribuição social diferidos	76	(1.490)	(2.360)	5.285
Realização do custo atribuído	2.506	5.217	2.506	5.217
Outras	13.953	13.932	230	461
Valor adicionado total a distribuir	18.405	(26.473)	135.963	107.514
Distribuição do valor adicionado	18.405	(26.473)	135.963	107.514
Emprego	4.007	(1.731)	87.900	95.608
Remuneração direta	-	756	62.551	73.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCRO BRUTO

de R\$ 44,7 milhões no 4T18, 538,6% maior que o 4T17. Em 2018 o lucro bruto atingiu R\$ 83,4 milhões, aumento de 72,1%. A margem bruta do trimestre foi de 23,0%, 19 p.p. maior que o 4T17. Já em 2018 a margem bruta atingiu 14,5%, 6,1 p.p. maior que em 2017.

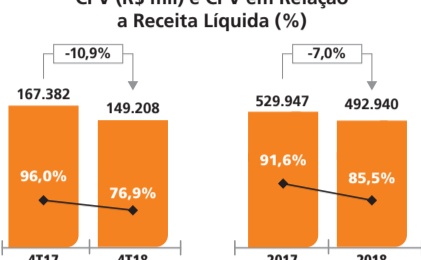
O EBITDA

da Companhia somou R\$ 43,2 milhões no 4T18, frente R\$ 8,6 milhões negativos no 4T17. Em 2018, o EBITDA foi de R\$ 48,4 milhões, frente R\$ 12,7 milhões negativos de 2017. A margem EBITDA do trimestre foi de 22,3%, enquanto que a margem do ano de 2018 foi de 8,4%.

LUCRO LÍQUIDO

de R\$ 28,7 milhões no 4T18, frente ao prejuízo líquido de R\$ 19,4 milhões no 4T17. Em 2018, o lucro líquido foi de R\$ 8,3 milhões, frente a um prejuízo líquido de R\$ 34,3 milhões em 2017. A margem líquida do trimestre atingiu 14,8%, enquanto que em 2018 a margem líquida foi de 1,4%.

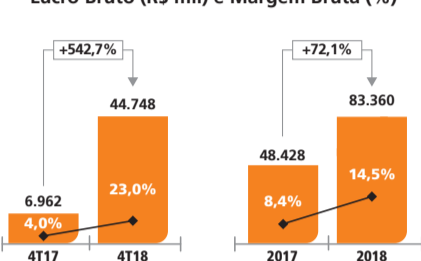
CPV (R\$ mil) e CPV em Relação a Receita Líquida (%)



LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto da Companhia no 4T18 totalizou R\$ 44,7 milhões, aumento de 538,6% frente a 4T17. A margem bruta no trimestre, por sua vez, atingiu 23,0%, aumento de 19 pontos percentuais versus o mesmo trimestre de 2017. Em 2018, o lucro bruto somou R\$ 83,4 milhões, 72,1% maior que os R\$ 48,4 milhões entregues em 2017. Já a margem bruta anual atingiu 14,5%, 6,1 pontos percentuais maior que em 2017. Este desempenho positivo é devido, sobretudo, à adequação de preços ao longo dos últimos trimestres e à rígida gestão de custos e despesas, que amenizaram os impactos negativos de aumento do aço e frete.

Lucro Bruto (R\$ mil) e Margem Bruta (%)



DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no 4T18 ficaram 4,1% maiores em relação ao mesmo período de 2017, totalizando R\$ 10,0 milhões. Em relação a Receita Líquida houve uma redução de 0,4 p.p., atingindo 5,2%. Em 2018, as despesas com vendas caíram 2,0% frente ao mesmo período de 2017, atingindo R\$ 35,2 milhões. O percentual em relação a Receita Líquida reduziu 0,1 p.p., alcançando 6,1%. A variação é explicada, principalmente, pela readequação da área comercial.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas no 4T18 somaram R\$ 11,8 milhões, aumento de 40,1% quando comparadas ao 4T17. Já em relação a Receita Líquida, as Despesas Gerais e Administrativas atingiram 6,1% no trimestre, aumento de 1,3 p.p. frente igual período do ano imediatamente anterior. Em 2018, as Despesas Gerais e Administrativas atingiram R\$ 44,5 milhões, aumento de 5,9% frente a 2017. Em relação a Receita Líquida houve um aumento de 0,5 p.p., atingindo 7,7% em 2018. O avanço nesta conta está relacionada as indenizações rescisórias referentes a ajustes de estrutura da Companhia.

Despesas Operacionais (R\$ mil)

	4T18	4T17	Δ%	2018	2017	Δ%
Despesas com Vendas	(10.000)	(9.608)	4,1%	(35.172)	(35.873)	-2,0%
% Receita Líquida	5,2%	5,5%	-0,4 p.p.	6,1%	6,2%	-0,1 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(11.835)	(8.449)	40,1%	(44.513)	(42.047)	5,9%
% Receita Líquida	6,1%	4,8%	1,3 p.p.	7,7%	7,3%	0,5 p.p.
Despesa Total	(21.835)	(18.057)	20,9%	(79.685)	(77.920)	2,3%

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 2,6 milhões no 4T18, 30,0% menor que o mesmo período de 2017. Em 2018 as Receitas Financeiras atingiram R\$ 15,0 milhões, queda de 31,0% em relação a 2017. A redução de receita financeira está relacionada a diminuição do caixa disponível para aplicação financeira e a menores taxas de juros praticadas no mercado.

Despesas Financeiras

As Despesas Financeiras do 4T18 totalizaram R\$ 4,8 milhões, 3,5% menor que o 4T17. Em 2018, as Despesas Financeiras totalizaram R\$20,7 milhões, aumento de 6,7% em relação a 2017. Este aumento é explicado principalmente pela variação cambial observada no período.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T18	4T17
--------------------------------	------	------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos. A Companhia adota o custo atribuído, suportado por Laudo Técnico de Avaliação, para mensuração das propriedades para investimento em 17/01/2009. A média de vida útil remanescente estimada é de 25 anos. Terrenos onde estão localizadas as edificações arrendadas não são depreciáveis. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada em nota específica de Imobilizado. Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando ela é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controladora incluída nas demonstrações consolidadas. A Companhia avalia anualmente o valor justo das propriedades para investimento e para 31/12/2018 não identificou qualquer diferença significativa para o valor contábil.

a) Composição de propriedades para investimento:

Itens	Controladora				
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		20.301	-	20.301	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	59.595	(26.679)	32.916	34.855
Instalações	10%	3.855	(3.598)	257	301
		83.751	(30.277)	53.474	55.457

Itens	Consolidado				
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		8.804	-	8.804	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	9.399	(4.290)	5.109	5.384
Instalações	10%	18.203	(4.290)	13.913	14.188

b) Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento:

Itens	Controladora			
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2017	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2018
Terrenos		20.301	-	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	34.855	(1.939)	32.916
Instalações	10%	301	(44)	257
		55.457	(1.983)	53.474

Itens	Consolidado			
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2017	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2018
Terrenos		8.804	-	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	5.384	(275)	5.109
Instalações	10%	14.188	(275)	13.913

15. IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

a) Composição do ativo imobilizado:

Itens	Controladora			
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10%	240	(11)	88
Móveis e utensílios	10%	444	(423)	21
Equipamentos de informática	20%	685	(576)	109

Itens	Consolidado			
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido
Terrenos		11.772	-	11.772
Prédios e benfeitorias	2%	103.186	(46.123)	57.073
Instalações	10%	31.187	(22.835)	8.352
Máquinas e equipamentos	7%	243.836	(125.784)	118.052
Móveis e utensílios	10%	8.517	(5.857)	2.660
Veículos	18%	224	(224)	-
Equipamentos de informática	21%	15.902	(12.821)	3.081
Móveis e utensílios	21%	46	(264)	-
Instalações em andamento		6.122	-	6.122
Adiantamentos a fornecedores		44	-	44
		421.196	(213.908)	207.288

b) Movimentação do custo e depreciação:

Itens	Controladora			
	Valor residual líquido em 31/12/2017	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2018	Valor residual líquido em 31/12/2018
Móveis e utensílios	103	(15)	88	88
Equipamentos de informática	423	(26)	21	21
	150	(41)	109	109

Itens	Consolidado			
	Valor residual líquido em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	11.772	-	-	-
Prédios e benfeitorias	60.762	-	(3.952)	263
Instalações	8.693	-	(1.264)	913
Máquinas e equipamentos	126.131	(4)	(112.229)	4.154
Móveis e utensílios	3.423	-	(529)	66
Equipamentos de informática	4.163	-	(1.718)	736
Arrendamento Mercantil	211	-	(79)	-
Imobilizações em andamento	6.054	6.252	(35)	(6.149)
Adiantamentos a fornecedores	220.809	6.296	(39)	(19.761)
	220.809	6.296	(39)	(17)

c) Garantia: O valor hipotecado e alienado relacionado a bens em garantia de financiamentos e empréstimos em 31/12/2018 totaliza R\$ 19.999 e R\$ 8.615, respectivamente (em 31/12/2017 totalizavam R\$ 19.999 e R\$ 10.705, respectivamente). O valor referente à penhora de bens decorrente de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio totaliza R\$ 1.090 em 31/12/2018 e 2017. d) Reavaliações de anos anteriores:

Itens	Controladora e Consolidado				
	Valor reavaliado em 31/12/2018	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018
Terrenos	510	-	510	-	510
Prédios	2.017	(2.017)	-	2.017	(2.017)
	2.527	(2.017)	510	2.527	(2.017)

Reavaliações de anos anteriores referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991.

16. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Conforme divulgado na nota explicativa do imobilizado, a Companhia capitaliza custos de empréstimos.

Itens	Controladora			
	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		1.280	1.280	1.280
		1.280	1.280	1.280

Itens	Consolidado			
	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Amortização	Valor líquido
Desenvolvimento de produtos	20%	2.419	(932)	1.487
Marcas e patentes		1.282	-	1.282
Softwares e Licenças	20%	66.522	(32.993)	33.529
Intangível em andamento		8.504	-	8.504
		78.727	(33.925)	44.802

A movimentação de custo e amortização de intangível para os saldos consolidados estão apresentados abaixo:

Itens	Consolidado			
	Valor residual líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Valor residual líquido em 31/12/2018
Desenvolvimento de produtos	1.132	-	(337)	795
Marcas e patentes	1.282	-	-	1.282
Software e licenças	37.798	4.708	(7.050)	35.456
Intangível em andamento	47.430	4.708	(7.387)	44.751

Os saldos de "softwares e licenças" estão relacionados, principalmente, ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão SAP, o qual teve seu "go live" em janeiro de 2015, substituindo o sistema integrado de gestão anterior. Os valores de "intangível em andamento" correspondem a investimentos em módulos do SAP que ainda estão em fase de implantação.

17. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Itens	Consolidado				
	Vencimentos	Encargos	Circulante	Não circulante	Não circulante
Moeda nacional					
FINEP (projeto de novos produtos EXIM (compra de matéria-prima para fins de exportação))	Outubro 2022	4,00% a.a.	9.527	18.093	7.921
FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos)	Outubro 2024	10,00% a.a.	1.995	6.639	2.117
Capital de giro	Março 2020	7,9% a.a.	19.768	9.500	-
			31.290	34.232	39.960

FINOP (importação de máquinas e equipamentos)

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31/12/2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de Vencimento	Consolidado	
	12/2018	12/2017
2020	7.447	-
2021	11.004	-
2022	6.295	-
Após 2022	1.967	-
	34.232	34.232

18. DEBÊNTURES E BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

Em novembro de 2014, a Companhia liquidou de forma antecipada o saldo em aberto relativo às debêntures, no montante de R\$42.640. Ao subscritor de cada debênture foi conferido, como vantagem adicional, um bônus de subscrição 2007 ("Bônus 2007"), totalizando no momento inicial 154.168 Bônus 2007, com direito de subscrever uma quantia de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus, à razão de valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos) acrescidos do montante de juros capitalizados das debêntures, dividido pelo preço de exercício atualizado. O preço de exercício é de R\$ 0,3027 (valor expresso em centavos de real) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures. Os Bônus 2007 são válidos até 15/10/2020. Em 31/12/2018 permanecem em circulação 772.804 Bônus 2007. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18/08/2014 foi aprovada a emissão privada de até 180.000 (cento e oitenta mil) novos bônus de subscrição ("Bônus 2014"), com série única, ao valor nominal unitário de R\$ 613,00 (seiscentos e treze reais), podendo o subscritor pagar a totalidade do preço de subscrição dos bônus por meio de dação em pagamento, mediante a entrega dos Bônus 2007 de que for titular, obedecendo a relação de um por um. Cada Bônus 2014 conferirá a seu titular o direito de subscrever 23 (vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia, mediante o pagamento do preço de exercício de R\$36,06 (trinta e oito reais e seiscentos e seis centavos) por ação, totalizando até 4.140.000 (quatro milhões, cento e quarenta mil) ações ordinárias. Os Bônus 2014 são válidos desde sua data de emissão até 15/06/2021, podendo ser exercidos a qualquer tempo, a partir da data da homologação, até a data do vencimento dos bônus, a exclusivo critério de seu titular. As ações ordinárias de emissão da Companhia resultantes do exercício dos direitos conferidos pelos Bônus 2014 terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutárias, atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia hoje existentes. As novas ações participarão de forma integral em eventual distribuição de dividendo e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser aprovados pela Companhia. Em 09/10/2014, houve a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") onde se homologou a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) Bônus de Subscrição 2014. Os Bônus 2014 podem ser negociados pelos seus detentores no mercado secundário da BM&F Bovespa a partir de 10/10/2014. Nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") também foram extintos 107.621 Bônus 2007 recebidos pela Companhia como dação em pagamento do preço de subscrição de quantidade equivalente dos Bônus 2014. O montante de R\$44.368, recebido pela Companhia como prêmio na emissão de 72.739 Bônus 2014, foi registrado como reserva de capital no patrimônio líquido. Este montante representa um prêmio equivalente a R\$613,00 (seiscentos e treze reais) por bônus. Considerando os "Termos e Condições Gerais de Emissão dos Bônus de Subscrição da Kepler Weber S.A. 2014", incluído como Anexo I à ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18/08/2014, a Companhia classificou os mesmos como instrumentos de patrimônio. Desta forma, os recursos a serem recebidos quando do exercício dos Bônus 2014, serão registrados em contrapartida do patrimônio líquido no momento da subscrição das respectivas ações pelos detentores dos Bônus 2014. Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 não houve aumento de capital relativo ao exercício de Bônus 2014 ou Bônus 2007.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida. As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$1 (um real). No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido. Os valores de contribuições reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, no grupo de "despesas administrativas e gerais", estão apresentados abaixo.

Itens	Controladora			
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A.	12/2018	12/2017
Ativo				
Depósitos bancários	-	3	3	-
Títulos e valores mobiliários	-	8.925	8.925	217
Ressarcimento de despesas	-	-	-	666
Aluguel	2.654	-	2.654	217
Royalties	2.411	-	2.411	535
Dividendos a receber	767	-	767	-
	5.832	8.928	14.760	1.418

(*) Os depósitos bancários estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativos	Controladora				
	Nota	VJR/(*)	VJORA amoro-	Total VJR/(*)	VJORA amoro-
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.212	-	6.212	14.057
Títulos e valores mobiliários circulante	8	11.757	-	11.757	6.695
Títulos e valores mobiliários não circulante	8	4.503	-	4.503	-
Fornecedores	-	-	(154)	(154)	(181)
		6.212	16.260	(154)	22.318

(*) O BB Banco de Investimento S.A. é acionista da Companhia. Os royalties e os ressarcimentos de despesas estão apresentados na rubrica de "Partes relacionadas". Os honorários a pagar estão apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar". O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

Resultado	Controladora			
	Kepler Weber Industrial S.A.	Diretores e Conselho de Administração	12/2018	12/2017
Outras receitas (alugueis)	7.968	-	7.968	7.902
Outras receitas (royalties)	5.810	-	5.810	5.843
Ressarcimento de despesas	-	-	-	2.251
Recargas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	910	-	910	79
Honorários da administração	-	(2.880)	(2.880)	(2.812)

Resultado

Resultado	Consolidado			
	Banco do Brasil S.A.	Diretores e Conselho de Administração	12/2018	12/2017
Recargas sobre aplicações financeiras	257	-	257	379
Recargas sobre títulos e valores imobiliários	2.793	-	2.793	2.863
Honorários da administração	4.888	(2.954)	(2.954)	(3.654)
Despesas financeiras	-	-	-	(4.475)

21. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 25/04/2018, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$5.950 que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2018 a abril de 2019.

Itens	Consolidado			
	12/2018	12/2017	12/2018	12/2017
Honorários e gratificações	2.721	2.624	2.783	3.411
Benefícios diretos e indiretos	159	188	171	273
	2.880	2.812	2.954	3.684

Programa de Incentivos de Longo Prazo: O Programa de Incentivos de Longo Prazo terá seu valor determinado pelo Conselho de Administração com base em múltiplos da verba horonária de cada beneficiário, sendo que 1/3 do prêmio líquido a ser pago ao beneficiário nacional e em até cinco dias da entrega e os restantes 2/3 serão pagos a crédito da Companhia, em moeda corrente nacional ou por meio da entrega das ações, em duas parcelas iguais, a primeira no prazo de 12 (doze) meses após a data da entrega e a segunda no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a data de entrega. O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27/06/2014 foi aprovada a primeira outorga do Programa de Incentivos de Longo Prazo, totalizando R\$ 1.273. Desta montante, R\$425 foram pagos no exercício de 2014, R\$ 424 foram pagos no exercício de 2015 e R\$ 424 foram pagos no exercício de 2016. Plano de Opções de Compra de Ações: O custo de transações com funcionários, liquidado com instrumentos patrimoniais, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com base na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. O Plano de Compra de Ações tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos pessoas elegíveis; e (c) possibilitar à Companhia atrair e manter a elite vinculada às pessoas elegíveis. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07/07/2014 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 87.019 opções. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03/07/2015 foi aprovada a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 150.257 opções. As ações iniciais adquiridas estarão sujeitas a um período de lock-up de três anos a contar da data de outorga, período no qual os beneficiários não poderão alienar ou onerar sob qualquer forma suas ações adquiridas, sob pena de perda do direito de exercício das opções. As opções possuem período de carência de três anos vinculado à permanência do beneficiário na Companhia. Cada opção dá direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidas no respectivo contrato de opções. O Plano de Opção de Compra de Ações permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O termo de vigência do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	12/2018	12/2017	12/2018	12/2017
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(7)	–	(6.261)	(8.934)
Juros de mora e IOF contratuais	(69)	(3)	(855)	(981)
Variação cambial/moeda passiva	(145)	(256)	(8.025)	(5.179)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(546)	(734)
Despesas com fiança bancária	–	–	(545)	(802)
PIS/COFINS sobre outras receitas	(64)	(25)	(314)	(762)
IR retido sobre operações no exterior	(16)	(18)	(696)	(846)
Outras despesas financeiras	(87)	(89)	(3.457)	(1.169)
	(388)	(391)	(20.699)	(19.407)

32. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	12/2018	12/2017
Básico:		
Resultado do exercício	8.266	(34.257)
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971
Resultado por ação ordinária básico - R\$	0,3142	(1,3020)

Diluído:
 Resultado do exercício
 Resultado do exercício ajustado pelo efeito da diluição
 Média ponderada de ações ordinárias
 Média ponderada de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição
 Resultado por ação diluído - total - R\$

Controladora e Consolidado	
12/2018	12/2017
8.266	(34.257)
8.266	(34.257)
26.311.971	26.311.971
26.311.971	26.311.971
0,3142	(1,3020)

33. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, obteve benefício fiscal de redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente. O termo de acordo assinado originalmente no ano de 2002 foi posteriormente aditivado, prorrogando o benefício até o exercício de 2028. A Companhia teve como contrapartida a realização de investimentos e a geração de empregos no Estado do Mato Grosso do Sul. O benefício reconhecido no exercício findo em 31/12/2018 foi de R\$13.107 (no exercício findo em 31/12/2017 foi de R\$12.534) e está reconhecido no resultado do período como outras receitas operacionais, sendo posteriormente destinado para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, até o limite dos investimentos previstos no termo de acordo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA	CONTADORES
<p>Fernando Florêncio Campos - Presidente do Conselho de Administração José Pais Rangel - Vice-Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Membros</p> <p>Antônio Sérgio Riede Carlos da Costa Parcias Junior Marcelo Gasparino da Silva</p> <p>Maria Gustavo Heller Britto Valmir Pedro Rossi</p>	<p>Membros</p> <p>Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia Marcio Ferraro Rafael Zanon Guerra de Araujo</p>	<p>Piero Abbondi Diretor-Presidente André Luis Paz Acosta Diretor Administrativo e Financeiro</p>	<p>Marcio Wasem Gerente de Controladoria - CRC-RS 52398/O-9 Cristiane Beatriz Back Bender Contadora - CRC-RS 072285/O-2</p>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela EY - Ernst & Young Auditores Independentes S.S e no seu Relatório, emitido em 20 de março de 2019, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, SP, 20 de março de 2019

Marcio Ferraro - Presidente do Conselho Fiscal
Rafael Zanon Guerra de Araújo - Conselheiro Fiscal
Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia - Conselheira Fiscal
Márcio Wasem - Secretário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Kepler Weber S.A.** São Paulo (SP). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kepler Weber S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kepler Weber S.A. em 31/12/2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade do ativo fiscal diferido:** Conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia e sua controlada possuem ativo fiscal diferido nos montantes de R\$116.097 mil e R\$128.722 mil, respectivamente, reconhecidos sobre prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias dedutíveis. A análise da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros que suportam a realização do ativo fiscal diferido. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, na revisão das projeções de resultados futuros com base no plano de negócios preparado pela Administração, incluindo a avaliação das principais premissas e da metodologia utilizada; a revisão das bases de cálculo do ativo fiscal diferido; e a análise das divulgações realizadas na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas das áreas tributária e de transações - avaliação de projeções (*valuation*). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de realização do ativo fiscal diferido, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos,

relacionados a temas tributários, civis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas, em particular ao auto de lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia; inspeção de atas de Reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, com o suporte de nossos especialistas; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém, ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

Consolidado	Variação	Valor
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros - veículos	Abril/19	1.210
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros - veículos	Agosto/19	5.000
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Setembro/19	20.000
		26.210
	Janeiro/19	10.728
	Fevereiro/19	1.216
	Março/19	45.000
	Abril/19	640
	Junho/19	2.588
	Setembro/19	918.246
	Janeiro/20	2.400
		980.818
		1.007.028

Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos nossos relatórios de auditoria sobre a governança de risco, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20/03/2019



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/O-6
Guilherme Ghidini Neto
 Contador CRC RS-067795/O-5